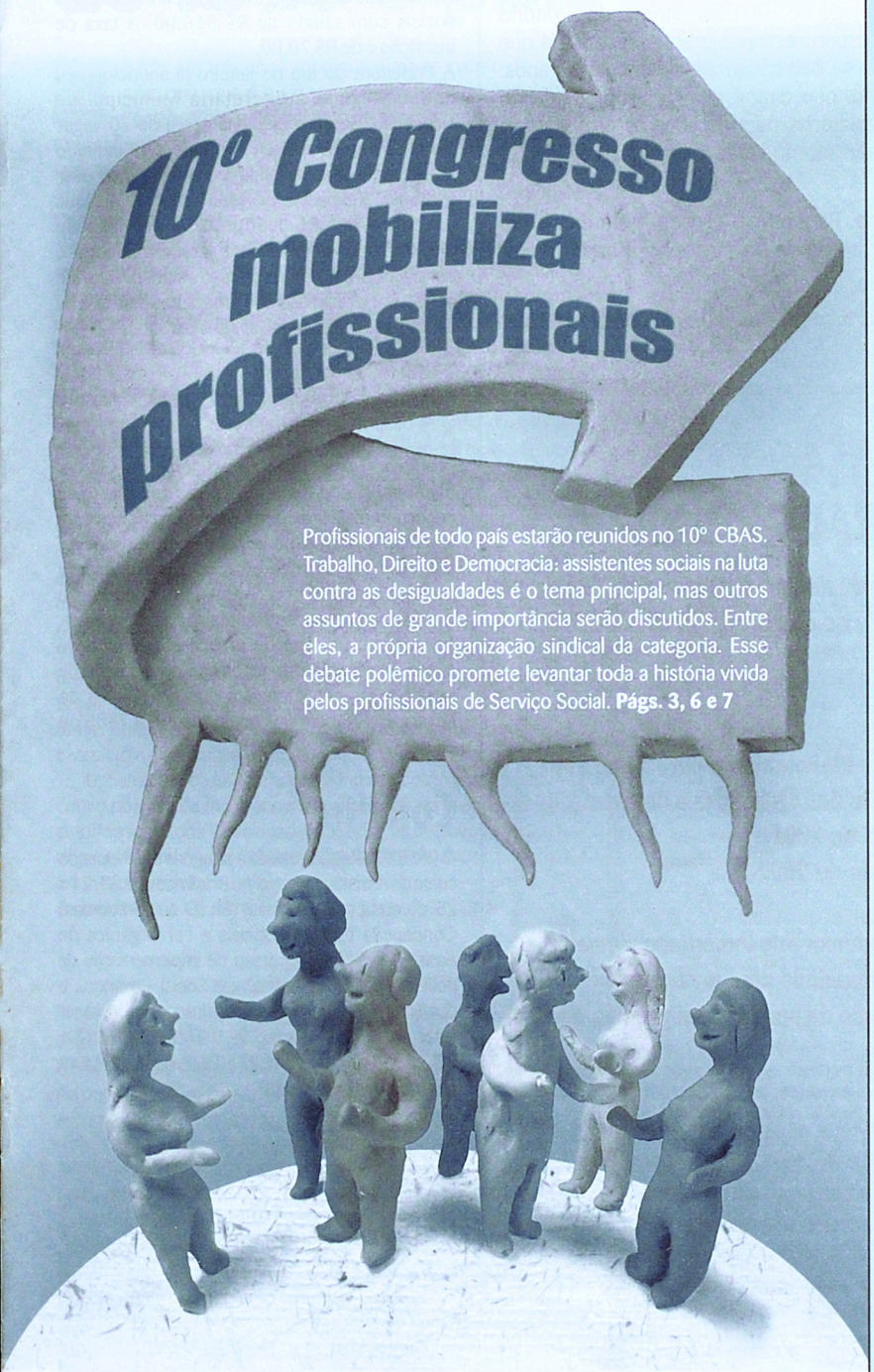
PRAXIS

Conselho Regional de Serviço Social - 7ª Região - Ano III - Nº 13 - Outubro /2001

10º Congresso mobiliza profissionais



Profissionais de todo país estarão reunidos no 10º CBAS. Trabalho, Direito e Democracia: assistentes sociais na luta contra as desigualdades é o tema principal, mas outros assuntos de grande importância serão discutidos. Entre eles, a própria organização sindical da categoria. Esse debate polêmico promete levantar toda a história vivida pelos profissionais de Serviço Social. **Págs. 3, 6 e 7**

CONFERÊNCIA

A Conferência Nacional de Assistência Social será em dezembro e já está dando o que falar. **Págs. 10 e 11**

ENCONTRO

O XXX Encontro Nacional de BH dá destaque ao exercício profissional e mercado de trabalho. **Pág. 12**

OPINIÃO

Participação vai garantir sucesso do CBAS

Entre os dias 8 e 12 de outubro de 2001 estará acontecendo na UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - nosso 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Nesse período, o Rio promete se transformar na capital social do país, já que a nossa categoria, que tem múltiplas expressões da questão social como centro de sua intervenção profissional, irá discutir alternativas de enfrentamento da iniqüidade brasileira, este drama crônico para o qual há soluções possíveis, desde que haja vontade político-econômica nesta direção.

É importante destacar que nossa tarefa, certamente, é contribuir política e profissionalmente para a construção de alternativas, que passam pelo reforço dos eixos que compõem o tema central do primeiro CBAS do milênio: Trabalho, Direitos e Democracia.

Nosso congresso está sendo organizado pelas seguintes entidades de Serviço Social:Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselho Regional de Serviço Social - Rio de Janeiro (7ª Região); Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social (ABEPSS); e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). Essa comissão organizadora conta também com o apoio poítico e institucional de uma equipe da UERJ e o suporte operacional da JZ Eventos e da Blumar Turismo. Esse cuidado todo na preparação de nosso CBAS é para garantir que esse evento seja um marco para o Serviço Social no país.

A data foi escolhida de forma a atender a uma indicação da própria categoria, que poderá contar com custos mais acessíveis de transporte no período de baixa temporada no calendário turístico. Nossa expectativa é que compareçam cerca de quatro mil profissionais de todo o Brasil e de outros países da América do Sul, dada a liderança que o Serviço Social vem assumindo no Comitê do Mercosul.

Vale lembrar, no entanto, que todos os nossos esforços só ganham sentido com a sua participação. Somente a sua presença poderá transformar esse primeiro CBAS do século XXI em um êxito coletivo. Participe!

ESPAÇO CRESS

Diretoria reforma auditório e adquire novo mobiliário

A diretoria inseriu no plano, orçamentário de 2001 , a reforma do auditório e aquisição de novo mobiliário. O espaço estava bastante precário, já que o último investimento neste campo se deu há aproximadamente 10 anos. A obra está concluída e o novo auditório, que ocupa sala de propriedade do Conselho, apresenta hoje condições satisfatórias para receber os profissionais em diferentes eventos. A capacidade de acomodação fica em cerca de 55 pessoas.

O auditório está à disposição da categoria. Para usar o espaço basta entrar em contato com a secretaria para conhecer a agenda do Conselho e assim poder programar a utilização.

Mais informações pelos telefones: 2240-1727/3627/0822.

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

No cumprimento às determinações do Regimento Interno do CRESS, realizaremos ASSEMBLÉIA no dia 29 de outubro (segunda-feira) às 18h, no auditório do Conselho.

A pauta:
- Discussão das ações do Conselho e Planejamento para o ano 2002
- Repasse e considerações a respeito das discussões e deliberações do Encontro nacional CFESS/ CRESS de 2001
- Deliberação do valor da anuidade de 2002.

Convocamos os profissionais a agendarem este importante momento, assegurando sua presença. É a oportunidade para melhor conhecer a sua entidade e para livre manifestação de opiniões e sugestões. Você não pode faltar!

CURSOS E CONCURSOS

Se ligue nessa!

A Prefeitura Municipal de Itaocara, Noroeste fluminense, estará com as inscrições abertas, para concurso público, entre os dias 1 e 30 de outubro.São oferecidas três vagas para assistentes sociais com salário de R$ 816,00. A taxa de inscrição é de R$ 70,00.
A Prefeitura do Rio de Janeiro já anunciou seu concurso para a Secretaria Municipal de Habitação. Serão oferecidas cerca de 70 vagas para assistentes sociais. O salário será definido tendo como base carreiras semelhantes no Poder Executivo. A expectativa é que a remuneração fique em torno de R$ 1.500,00. A previsão de divulgação do edital é para setembro.A idéia é dar transparência ao processo seletivo. Agora é só esperar a definição dos programas para que os candidatos possam iniciar seus estudos.

Inscrições abertas

O Curso de Especialização em Oncologia, promovido pelo Instituto Nacional do Câncer (Inca) já está com suas inscrições abertas e se encerram dia 26 de outubro. As inscrições para esse curso, normalmente acontecem em janeiro, mas esse ano será diferente, diz a coordenadora geral do curso Márcia Skaba. Para concorrer a uma das vagas, os assistentes sociais devem ter, no mínimo, um ano de prática em serviço de saúde. Maiores informações na Coordenação de Ensino e Divisão Científica que fica na rua do Rezende, 128 ou pelos telefones 3970 7885 ou 39707828.

Convite

O CRESS 7a Região convida a categoria a participar do curso de Assistência Social no Brasil nos dias 23, 24 e 25 de outubro de 14h às 18h. O curso abordará Concepção (Direitos Sociais e Lei Orgânica de Assistência Social), Processo de implementação da política pública de Assistência Social - avanços e desafios e Riscos de retrocesso.As inscriçoes podem ser feitas por telefone ou fax: 22401727/22403627 e 22202864 no período de 17 a 19 de outubro. A taxa de inscrição é de R$ 10,00.

PRAXIS Conselho Regional de Serviço Social
CRESS/ 7ª Região - Outubro/ 2001

Rua México, 41, grupos 1203 a 1205
Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20031-144
Telefax: (21) 2240-1727/3627/0822 - 2220-2864
E-mail: cressrj.diretoria@apic.com.br

DIRETORIA
Hilda Corrêa de Oliveira – Presidente
Marlise Ferreira de Souza – Vice-Presidente
Rute Gusmão – 1° Secretária
Maurílio Castro de Matos – 2° Secretário
Angela Maria Lima Ramos – 1° Tesoureira
Neide Aparecida Silva – 2° Tesoureira

SUPLENTES
Marcelo Braz Moraes dos Reis, Miriam Vasconcelos Braga, Carmen Lúcia Brandão de Paula, Márcio Eduardo Brotto, Sue Wolter Vianna e Vera Maria Ferreira Santos

CONSELHO FISCAL
Rodriane de Oliveira Souza e Tereza Joana de Castro Azevedo

SUPLENTES
Magali da Silva Almeida

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO
Angela Maria Lima Ramos, Márcio Eduardo Brotto, Marlise F. de Souza, Marcelo Braz Moraes dos Reis e Rute Gusmão

NORTE E NORDESTE FLUMINENSE – R. 21 de Abril, 272, sala 311
Centro - CEP 28010-170 - Telefax: (24) 723-9464
Representantes
Maria Clélia Pinto Coelho – Presidente
Elisa Maria Poley Gomes – 1° Secretária
Maria Auxiliadora de Barros Freitas – 1° Tesoureira
Suplentes
Maria de Fátima Barbosa de Azeredo, Rossana Florencio Machado Ribeiro e Adriana Paiva Pereira

SUL FLUMINENSE – R. 25A, nº 23, sala 802 - Vila Santa Cecília
CEP 27261-050 - Telefax: (24) 342-6886
Representantes
Helenice Pereira Melo de Andrade – Presidente
Ângela Amélia Chaves de Sá – Tesoureira
Cláudia Meister – Secretária
Rita Maria Castelo Branco - Suplente
Suplentes
Cláudia Meister, Rita Maria Castelo Branco e Olinda Fernandes

Jornalista responsável: Cecília Contente
(MTB 17.232-RJ)

Diagramação e ilustrações: Carlos D
Projeto gráfico: Ingrid Klein
Impressão: Grafline Artes Gráficas e Editora
Tiragem: 8.000 exemplares

CONGRESSO

CBAS reúne profissionais de todo o país

De três em três anos acontece o maior evento de nossa categoria, que é o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Com a expectativa de receber cerca de quatro mil profissionais, entre os dias 8 e 12 de outubro estará sendo realizado, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), o 10º CBAS que tem como tema central: Trabalho, Direitos e Democracia.

De acordo com os integrantes da comissão organizadora do evento, composta pelas seguintes entidades de Serviço Social: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselho Regional de Serviço Social/RJ (CRESS 7ª Região); Associaçã o Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social (ABEPSS); e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), a proposta é tornar a capital carioca na capital social do país nesse período. Para isso, foi elaborada uma programação intensa direcionada para a produção de uma agenda de Serviço Social nesse começo de século, mas ao mesmo tempo agradável, entrecortada por atividades culturais e eventos especialmente preparados para a categoria, ligados ao tema central.

O programa contará com a presença de conferencistas extremamente qualificados sobre temas profissionais e da realidade brasileira. Há também as Sessões Temáticas, na forma de apresentações orais e pôsters, para as quais foram enviados 944 trabalhos, demonstrando o amadurecimento e a intensa produção teórico-prática do trabalho de assistência social no Brasil. Não podemos esquecer das plenárias simultâneas com temas polêmicos e de conteúdos abrangentes que atravessam o exercício e a formação profissionais.

Um ato público está sendo organizado como parte do evento, com o objetivo de mostrar para profissionais da própria categoria, autoridades e toda a sociedade brasileira, as posições e propostas dos profissionais de Serviço Social. Dentro dessa política de comunicação, está sendo preparada uma cobertura profissional de imprensa, para dar maior visibilidade ao 10º CBAS.

Inscrições

As inscrições poderão ser feitas no próprio local do evento. O valor é de R$ 270,00. Pagamento único, à vista (cheque ou dinheiro). Mas vale lembrar que esse valor foi menor, com opções de parcelamento, para quem fez as inscrições antecipadamente. A comissão de organização, através da ENESSO, está preparando a recepção dos estudantes de graduação e pós em alojamentos próximos a UERJ. O valor da inscrição para estudantes de graduação é R$ 140,00, mas vale ressaltar que é necessário apresentar o comprovante de matrícula. Se o profissional optar por fazer a inscrição via internet, deve lembrar que só será confirmada após o recebimento dos comprovantes de pagamento em cheque(s) ou depósito bancário.

A participação dos profissionais nesse tipo de evento é fundamental, já que o Congresso proporciona importante momento de capacitação, troca de experiências, socialização de conhecimento e inovações técnicas produzidas sobre a realidade social brasileira e a intervenção profissional dos assistentes sociais no trato do seu dia-a-dia com toda esta realidade. Precisamos fazer um grande número para mostrar que entramos firmes na luta contra as desigualdades sociais.

PROGRAMAÇÃO

8/10 – segunda-feira

9h	Credenciamento
16h	Sessão de Abertura do 10º CBAS
18h	Conferência: Desigualdade e Democracia no Brasil César Benjamin (Economista/Editor/RJ) Prof. Dr. José Paulo Netto (ESS/UFRJ) – RJ
21h	Show de abertura: Luis Melodia

9/10 – terça-feira

9h – 13h	Sessões Temáticas com Apresentação dos Trabalhos em Comunicação Oral: - Seguridade Social: Saúde, Previdência e Assistência - Infância e Juventude - Questão Urbana, Movimentos Sociais e Meio Ambiente - Questão Agrária, Movimentos Sociais e Meio Ambiente - Ética, Política e Direitos Humanos - Etnia, Gênero e Orientação Sexual - Trabalho e Formação Profissional - Velhice e Pessoa Portadora de Deficiência - Família e Sociedade - Serviço Social e Sistema Sócio-Jurídico (Judiciário, Penitenciárias, Delegacias) - Serviço Social, Cultura, Educação e Arte - Relações de Trabalho e Serviço Social - Trabalho, Direitos e Democracia
13h/15h	Intervalo para Almoço
15h	Conferência: Sujeitos Políticos e Movimentos Sociais no Brasil - João Pedro Stédile (economista – MST/SP) - Profa. Dra. Ana Clara T. Ribeiro (IPPUR – UFRJ)
18h/19h	Espaço Pôster (visita aos pôsters, com presença dos autores)
19h/22h	Mesa Redonda: As Transformações do Mundo do Trabalho e a Organização Sindical dos Assistentes Sociais -José Prata de Araújo (economista-sindicalista/MG) -Representante da CUT -Representante da FENAS -Profa. Maria Beatriz Abramides (PUC/SP)

10/10 – quarta-feira

9h/13h	Sessões Temáticas
13h/15h	Intervalo para Almoço
15h/18h	Plenárias Simultâneas -Juventude e Projetos Societários no Brasil -Alienação, religiosidade e Serviço Social -Direitos Humanos, Segurança Pública e Violência -Serviço Social e o Poder no Legislativo -Multiculturalismo e Identidade Nacional
18h/19h	Espaço Pôster
19h	Lançamento de Livros
20h	Ato Público: Trabalho, Direitos e Democracia
20h30	Festa do 10º CBAS

11/10 – quinta-feira

9h/13h	Sessões Temáticas
13h/15h	Intervalo para Almoço
15h/18h	Plenárias Simultâneas -Questão Social nos Meios de Comunicação -Organização dos Assistentes Sociais na América Latina e a Resistência ao Neoliberalismo -Socialismo e Perspectivas para o Brasil -Voluntariado e a Relação Público X Privado -Serviço Social e o Poder nas Administrações Populares
18h/19h	Espaço Pôster
20h	Mesa Redonda: Desigualdade e Democracia na Arte e na Cultura - Representantes do Teatro, Cinema, Música e Fotografia
22h30	Atividade Cultural

12/10 – sexta-feira

	Manhã Livre
13h	Atividade Cultural
15h/17h	Apresentação da Agenda pelos Assessores Temáticos
17h/19h	Conferência: Desafios Ético-Políticos Profissionais do serviço Social no Brasil -Profa. Dra. Marilda Iamamoto (FSS/UERJ) -Profa. Dra. Maria C. Yazbek (PUC/SP)
19h	Mesa de Encerramento do 10º CBAS
20h	Show de Encerramento

NOTAS

Liberação

A Comissão organizadora do 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), formada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESSO e Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 7ª região RJ, enviou para todas as prefeituras municipais um documento informando sobre a importância do evento para os profissionais de Serviço Social.

A intenção é incentivar essas prefeituras à liberação de ponto dos assistentes sociais e ao financiamento da inscrição (R$ 250,00 – individual) do maior número possível de profissionais.

Vale destacar que o exercício dessa profissão requer competência teórica, técnica e política, já que a intervenção na área social requer uma abrangência que possa desvelar situações complexas que envolvem destinos humanos individuais e coletivo. É necessário lembrar que o Congresso proporciona importante momento de capacitação, troca de experiências, socialização de conhecimento e inovações técnicas produzidas sobre a realidade social brasileira e sobre a intervenção profissional dos assistentes sociais no trato cotidiano com esta realidade.

Por tudo isso, vale a pena o profissional insistir para garantir a participação nesse evento. O apoio dos governos municipais só irá demonstrar a preocupação que cada localidade tem com as questões sociais e com a democracia.

Greve dos Servidores

Desde o dia 22 de agosto os servidores federais de todo o país decidiram por uma greve de âmbito nacional cujo objetivo maior é a defesa do serviço público federal. São trabalhadores da Saúde, da Previdência, da Educação (inclusive das IFES - Instituições Federais de Ensino Superior) e de diversos outros setores. Entre eles, muitos são assistentes sociais que estão envolvidos.

Os dois governos de FHC foram suficientes para organizar o maior sucateamento dos serviços públicos em toda a história do Brasil, através de privatizações, suspensão de concursos públicos, degradação dos serviços prestados à população, congelamento de salários. Tem destaque neste cenário o aviltamento sem igual das condições de trabalho da categoria que vive um brutal arrocho salarial e que vem perdendo sistematicamente seus direitos.

A greve merece todo o apoio dos assistentes sociais (servidores federais ou não) através do engajamento nas lutas travadas pelos sindicatos dos ramos de atividade afins aos SPF's. Todos em defesa do serviço público federal de qualidade e da reposição imediata das perdas salariais acumuladas!

Exercício Cumulativo

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 308, que permite o exercício cumulativo de dois cargos e empregos a todos os profissionais da área da saúde, que atuam na administração pública direta e indireta. Essa aprovação beneficia assistentes sociais, auxiliares de enfermagem, veterinários, fonoaudiólogos entre outros. A PEC também promete ampliar a oferta de profissionais no mercado de trabalho, principalmente nos municípios, onde o número atual é insuficiente para atender a demanda existente.

A proposta é de autoria da deputada federal Jandira Feghali (PC do B/RJ) e tramitava na Câmara desde 1996. A deputada acredita que a PEC poderá gerar profundas mudanças na administração pública, favorecendo as pessoas que realmente necessitam do SUS. Para ela, isso representa a garantia de atendimento à população e também o fim das pressões que os profissionais da área vêm sofrendo por parte dos governos municipais e estaduais. Depois da aprovação da Câmara, a emenda segue para o Senado. Agora é estar atento e pressionar para que tudo ande rápido.

Campos

A prefeitura Municipal de Campos realizou concurso público para o preenchimento de 578 vagas na área de saúde. Dessas vagas, 15 foram para assistentes sociais, com salário de R$ 530,85 mais abonos e insalubridade. A prova aconteceu no dia 12 de agosto e foram aprovados 271 assistentes sociais.

O objetivo do concurso foi atender a demanda existente na região. O CRESS 7ª Região e a Delegacia Seccional de Campos estarão acompanhando todo o processo de convocação dos aprovados.

Comissões do Cress-7

Você está convidado a participar das reuniões abertas organizadas pelo CRESS – 7. Sua participação é fundamental para discussões, encaminhamento de temas e propostas de trabalho. Lembramos que por se tratar de reuniões de grupos de trabalho, estes eventos não requerem inscrições prévias, assim como não oferecem certificados aos participantes.

Comissão da Criança e do Adolescente

As reuniões acontecem na última sexta-feira de cada mês às 18h.

Novembro – Está prevista a avaliação do trabalho realizado pela comissão durante 2001.

Subcomissão de Saúde

13 de novembro – A intervenção do assistente social em saúde: elaboração e avaliação de políticas e projetos.

11 de dezembro – Avaliação das atividades da comissão.

Serviço Social na Área de Dependência Química

As reuniões acontecem na última segunda-feira de cada mês. Horário: 18h30min às 20h30min.

29 de outubro – Experiências de reabilitação de usuários de drogas – Aspectos sociais da violência doméstica.

26 de novembro – A atuação do Serviço Social junto a trabalhadores dependentes químicos no âmbito das empresas.

Subcomissão de Assistência Social e Previdência

As reuniões são marcadas sempre para uma quinta-feira do mês no horário de 16h30min às 19h

18 de outubro – Encaminhamento das Deliberações do CBAS quanto à Previdência e Assistência no Âmbito do Estado do Rio de Janeiro

22 de novembro – Política Previdenciária e os direitos dos trabalhadores

13 de dezembro – Avaliação da Conferência Nacional de Assistência – Propostas 2002

Fórum Transdisciplinar de Gênero e Etnia

As reuniões acontecem na terceira segunda-feira de cada mês às 18h.

5 a 9 de novembro - Celebração do Dia Nacional de Consciência Negra (20/11) em conjunto com outras entidades. O evento será realizado na UERJ.

Comissão de Supervisão

19 de outubro – Projeto ético-político profissional e sua relação com o processo de supervisão. Horário: 14h às 17h. Local: Auditório do CRESS.

GÊNERO E ETNIA

Comissão promove debate polêmico

A Comissão de Gênero e Etnia do CRESS 7ª Região, coordenada pela diretora Magali da Silva Almeida, promoveu no dia 20 de agosto um debate sobre Bioética e Direitos Reprodutivos aborto e laqueadura tubária. O evento, que contou com 80 participantes, faz parte da programação do Fórum Transdiciplinar de Gênero e Etnia e foi realizado no auditório da Câmara dos Vereadores.

De acordo com o coordenador da mesa e integrante da comissão , Renato Veloso, os temas levados para esse debate não poderiam ser mais polêmicos, já que o aborto mexe diretamente com valores e princípios arraigados, mas ao mesmo tempo é uma realidade que faz parte da vida de milhares de mulheres de todas as idades, que acabam por se submeter a essa prática, com ou sem consentimento legal. A ausência de políticas governamentais eficazes de planejamento familiar e educação sexual só contribui para o agravamento desse quadro, desencadeando o aumento crescente do aborto clandestino feito em condições precárias.

Em relação à laqueadura tubária, ainda prevalece uma longa distância entre a lei que autoriza a rede pública de saúde, quando solicitada, a realizar cirurgias de esterilização e os serviços efetivamente oferecidos pelos hospitais públicos , informa Renato. Ele diz que entre os obstáculos para se conseguir realizar essa cirurgia estão a falta de equipamentos adequados, a enraizada cultura de resistência à esterilização de profissionais de saúde e clientelismo eleitoral.

O debate não teve como principal objetivo discutir quem é contra ou favor dos temas propostos, pois para os integrantes da comissão do CRESS – 7 , essa discussão vai muito além disso. "O importante é perceber o que está por trás de toda essa questão", diz Renato. A abordagem desses temas foi feita destacando o viés de gênero (potencializado pelos de classe e raça/etnia) que molda a concepção que se tem das mulheres, tirando-lhes a automia sobre as decisões de seu próprio corpo e a possibilidade de exercerem seus direitos.

Renato destacou que é muito difícil trabalhar nessa área, pois é necessário enfrentar desde problemas ligados a questões religiosas até o de políticos que se utilizam disso para barganhar votos durante as eleições. Ele alertou ainda para o mercado paralelo que se cria quando se proíbe qualquer tipo de coisa. "No caso do aborto, por exemplo, sabemos que o acesso é possível mas o custo é muito alto. A consequencia é que muitas mulheres morrem nessa prática clandestina", explica ele. A coordenadora da Comissão, Magali, acrescenta ainda que essas mortes, ocorridas nas práticas clandestinas, atinge principalmente as mulheres negras.

O polêmico debate contou com a participação da enfermeira do Instituto Municipal da Mulher Fernando Magalhães e integrante da ONG CEPIA, Ruth Mesquita; da representante da Coordenação de Políticas Setoriais do CEDIM, Glória Iung e da assistente social da Maternidade Leila Diniz, Solange Ribeiro. Todos os participantes receberam certificados.

20 de novembro > Dia da Consciência Negra

Mais informações: 2240-1727 (CRESS-7)

PARTICIPE!

Serviço Social atua em programa de proteção

O Programa de Proteção a Vítimas, Testemunhas e Familiares de Vítimas (Provita) surgiu a partir da sensação de impotência diante das absolvições pela Justiça de integrantes de grupos de extermínio e foi implantado no Rio de Janeiro em 1999. Esse programa surge pautado nas diretrizes e propostas do Gajop (Gabinete de Assessoria às Organizações Populares), organização pioneira na defesa e proteção aos indivíduos. O Provita/RJ, que é uma parceria da organização não governamental Ação e Solidariedade com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro e Ministério da Justiça, oferece assistência social, psicológica e jurídica, além de abrigo às testemunhas e familiares, que estejam coagidos ou expostos a grave ameaça por colaborarem com investigação ou processo criminal. A proposta é garantir que essas pessoas, que contribuem com o combate à impunidade e o exercício da cidadania, tenham sua integridade física e de vida asseguradas.

O Serviço Social faz parte desse projeto desde a sua implantação. No entanto, só depois de dez meses de funcionamento é que passou a contar efetivamente com o trabalho de um assistente social contratado. É preciso destacar que, as demandas operacionais, pertinentes à prática do Serviço Social, já vinham sendo desenvolvidas, em caráter voluntário e cumulativo pela coordenadora do programa, que é assistente social por formação.

O papel do assistente social dentro do Provita está pautado no código de Ética da categoria e atua, fundamentalmente, no processo de inclusão, permanência e desligamento do beneficiário. O trabalho começa a ser realizado a partir da inclusão do beneficiário na proteção de uma pessoa, ou famílias com mais de um membro. Aí se trabalha o significado da ruptura com a história de vida anterior e a construção de um novo estilo de vida pautada e tencionada pelas questões de segurança. O trabalho busca promover ações e reflexões junto ao beneficiário a fim de favorecer a apreensão do compromisso de testemunhar, como um exercício da cidadania.

Dificuldades

O Serviço social procura interceder junto às políticas sociais, favorecendo a inserção do beneficiário na rede de ensino pública e na rede de saúde do mesmo segmento. Também é tarefa do assistente social providenciar documentação e a inserção no mercado de trabalho formal.

É importante ressaltar que o Serviço Social muitas vezes esbarra na dificuldade em situar o limite do atendimento de demandas, como por exemplo, a falta de emprego. A alternativa então é encaminhar os beneficiários para desenvolver atividades em locais que são de parceria do Provita, com ajuda de custo de um salário mínimo mais benefícios

Uma das dificuldades que o Serviço Social enfrenta é conciliar a rotina de trabalho cotidiana, com a participação efetiva em fóruns de discussão sobre a profissão e políticas sociais em geral. Existem algumas questões de fundo que ainda precisam ser aprofundadas no Serviço Social do provita, como discutir o lugar das coisas no mundo e as representações que se tem delas no cotidiano das suas vidas, para auxiliar/subsidiar os deslocamentos vividos por essas pessoas, de uma realidade para uma nova conjuntura, que se coloca na condição de pré e pós-proteção.

Assistentes Sociais discut

10º Congresso nacional da categoria del

Nosso 10º CBAS está aí. São muitos os temas que teremos que discutir e encaminhar. Entre eles está a organização sindical dos assistentes sociais. A recente criação de uma Federação Nacional de Assistentes Sociais (FENAS) colocou novamente a questão polêmica sobre qual a melhor forma de organização da nossa categoria, se por sindicatos por ramos de produção ou se seguindo uma linha mais corporativista.

Com o objetivo de contribuir para a reflexão da categoria sobre esse tema tão polêmico, e sempre visando o fortalecimento coletivo com base no projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, acreditamos que vale a pena fazer um passeio histórico nos momentos vividos pelos assistentes sociais de todo o país. Não é demais lembrar que só através do exercício democrático poderemos avançar na luta pelas soluções dos problemas de todos os trabalhadores, inclusive a dos assistentes sociais.

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) vem realizando discussões acerca da organização sindical de nossa categoria, em instâncias da saúde, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do movimento estudantil e de debates da Semana do Assistente Social. Uma das constatações é de que a corporação é uma característica da sociedade brasileira, que tornou-se mais marcante no Estado Novo, com uma legislação trabalhista inspirada na Carta Del Lavoro, oriunda do fascismo italiano. Só no final da década de 70 é que se começou a delinear uma nova forma de organização política dos trabalhadores no Brasil. A partir das campanhas salariais, eles começam a construir um sindicalismo pela base, se contrapondo à estrutura sindical vigente, de cunho corporativista. As principais bandeiras de luta deste novo sindicalismo se constituíam na autonomia, na liberdade sindical, pelo direito irrestrito de greve, pela sustentação financeira dos sindicatos, pela organização por local de trabalho, como as comissões de fábrica.

A virada

Nesse momento, a partir de 1977, os assistentes sociais reiniciam sua organização através de suas entidades sindicais em todo Brasil. Já no ano seguinte é realizado o I Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais. No III Encontro se cria a CENEAS – Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais – cuja política contribuiu para canalizar o descontentamento dos profissionais de nossa categoria presentes ao III CBAS (1979), conhecido como o "Congresso da virada". Este evento, sob a direção da recém-criada CENEAS, significou um momento de ruptura da categoria com as posições conservadoras que estavam à frente da organização do congresso e também das direções do conjunto CFAS-CRAS (antigas siglas do conjunto CFESS/CRESS).

A forma autoritária e elitista de organização do Congresso, com seus representantes da ditadura militar em painéis e mesas de abertura e encerramento, é quebrada sendo substituída pela realização de assembléias permanentes, como fórum de discussão da prática e do significado social da profissão e do profissional naquela conjuntura, o que dá um novo rumo à categoria.

Sindicato por ramo

A CENEAS durou até a fundação da ANAS (Associação Nacional Pró-Federação dos Assistentes Sociais), em 1983. É nesse ano também fundada a CUT, que surge como perspectiva de romper com o limite da corporação, a partir da constituição da consciência de que os trabalhadores pertencem a uma classe. A orientação, naquele momento, era de que os trabalhadores se organizassem da maneira mais geral possível, evitando o excesso de fragmentação, até então existente, e visando uma nova sociedade justa e igualitária. Esse projeto deveria se concretizar através da estruturação de sindicatos por ramo de produção, que gera a construção da identidade de classe num mesmo campo de atuação e processo de trabalho. Mas isso precisava de um amplo processo de convencimento e adesão, e um forte investimento da direção política, já que se buscava alterar as mentalidades e a cultura, assim como as posições de status, constituídas e consolidadas em nossa sociedade.

É nesse contexto, a partir de amplas discussões no âmbito da central sindical, que a maioria dos assistentes sociais, militantes sindicais, que davam sustentação aos sindicatos e associações da categoria, migraram para as organizações gerais, por ramo de atividade, como o Sindsprev e o Sintrasef. É preciso destacar que houve todo um processo participativo e democrático, pelo qual foi se construindo uma hegemonia em torno da adesão à organização por ramo. A posição, certamente, não foi unânime, mas, sem dúvida, majoritária e hegemônica. Os sindicatos corporativistas que se mantiveram nos anos 90 enfrentaram o esvaziamento e dificuldades financeiras e políticas. A maioria acabou decidindo pela sua extinção. Até mesmo a ANAS, em suas instâncias democráticas, tomou a mesma decisão.

Refluxo das lutas

A adesão dos assistentes sociais ao projeto cutista aconteceu em plena ascensão do movimento operário no país. A Constituição de 1988 reflete, em alguns de seus capítulos, a força adquirida pelos movimentos sociais no Brasil no fim dos anos 70. Mas as mudanças no capitalismo mundial ocorridas na década de 80, com a reação conservadora neoliberal e, principalmente, com o aumento do desemprego, criaram condições para uma alteração regressiva de rota no nosso país. Esse quadro culminou com a eleição de Fernando Collor para a presidência, que assumiu dando início às reformas orientadas para o mercado e o processo de ajustamento passivo à nova ordem mundial. Sua falta de representatividade junto à burguesia nacional e internacional, aliada à pressão dos movimentos organizados da sociedade acabou por levá-lo a um processo de impeachement.

A eleição do outro Fernando, o Henrique Cardoso, em 1994, garante o aprofundamento da orientação neoliberal. Só que agora, o presidente vinha com o respaldo do Plano Real de combate à inflação. Os brasileiros só não foram informados de que junto com o controle da inflação teriam que enfrentar também uma abertura comercial irresponsável, desemprego e uma reforma do Estado que deixa os cidadãos entregues à própria sorte. Além disso, cresce o número de privatizações gerando ainda mais desemprego e como conseqüência aumentam a desigualdade e a violência na sociedade.

Essa conjuntura político-econômica propiciou a tentativa de desqualificação de toda e qualquer forma de resistência, num ambiente

tem organização sindical

bate: sindicato por ramo ou corporativo?

profundamente antidemocrático. O movimento sindical combativo passava para a posição defensiva, enfrentando dessindicalização e o enfraquecimento. Nesse momento, o próprio conteúdo das lutas é modificado tendo em vista o processo de reestruturação da produção e o aumento do desemprego, que leva o movimento sindical a uma espécie de paralisia.

Assistentes sociais na vanguarda

A situação atual do sindicalismo, nesse início de século, coloca alguns impasses importantes no que se refere aos assistentes sociais, já que o trânsito para o ramo de produção não foi empreendido por todos os segmentos, como o da Saúde, por exemplo, ficando mais como um projeto, atropelado pelas tendências regressivas do neoliberalismo, do que como um processo. Esse projeto foi colocado em prática apenas pelos assistentes sociais e nutricionistas e só agora começa a mobilizar os psicólogos. Houve muitas resistências corporativas, principalmente entre as profissões da área da Saúde, à construção dessa nova estrutura entre os trabalhadores de profissões liberais. Tudo isso acabou por tornar a decisão histórica da nossa categoria um tanto isolada.

As novas gerações de assistentes sociais, que não acompanharam esse processo e não tomaram contato com essa história durante a formação profissional, têm questionado sobre a organização sindical da categoria. É preciso ressaltar que a direção e a organização política consistente do conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO é reconhecida por toda a categoria. Mas sabemos que fica uma sensação subjetiva de desorganização sindical. Isso gera uma pressão sobre os conselhos, para que assumam a questão salarial e das condições de trabalho. Os conselhos podem interferir diretamente na questão das condições de trabalho por meio da Política Nacional de Fiscalização, exigindo determinadas condições técnicas das instituições, ou por meio das lutas em defesa das políticas públicas. Mas não temos condições de interferir nas questões estritamente salariais.

Precisamos refletir que a política neoliberal, que vivemos hoje, trouxe impactos salariais negativos para todos os trabalhadores. Resta saber se a organização corporativista não diminuiria o poder de fogo em relação ao salário e outras questões sindicais. Nessa conjuntura regressiva, parece que a organização por ramo ainda é a melhor forma de fortalecer os trabalhadores.

Criação da FENAS

O fato é que a FENAS foi fundada baseada nos cinco sindicatos de assistentes sociais que se mantiveram em só quatro estados do país. Com a recente criação da entidade, a questão da organização de nossa categoria novamente voltou à baila. Mas, tendo em vista toda a nossa história e até mesmo por respeito a ela, para que houvesse uma mudança quanto à decisão de organizar a categoria por ramo de produção, acreditamos que deveria haver um debate mais amplo e democrático, que envolvesse mais do que os cinco sindicato envolvidos na criação da federação.

Lembramos que no Encontro Nacional de Organização Política da Categoria, realizado em Luziânia (Goiás), em 1997, foi reafirmada, majoritariamente, a posição de que a organização por ramo é a mais efetiva e politizadora para a categoria em conjunto com os demais trabalhadores.

O conjunto CFESS/CRESS em momento algum foi impulsionador da retomada da FENAS, mas ao mesmo tempo nunca se colocou como obstáculo à construção de sindicatos. A avaliação do conjunto é a de que o momento é de esclarecimento em relação às questões que envolvem a criação de uma entidade sindical nacional da categoria, que, certamente, mereceria um debate mais amplo e aprofundado, em respeito à história e às demandas do presente.

Um elemento positivo em todo esse processo foi a aproximação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS/CUT), que chamou para si a responsabilidade sindical sobre os profissionais que atuam no âmbito da seguridade social, dentre os quais os assistentes sociais. Este é um debate que está em curso e a expectativa é que o aprofundamento dele poderá render respostas interessantes no terreno das questões sindicais.

A atual presidente do CRESS 7ª Região, Hilda Corrêa de Oliveira, reage quando ouve alguém dizer que os conselhos não são capazes de organizar a categoria. Ela explica que o conjunto CFESS/CRESS não se limita à fiscalização. Há todo um trabalho voltado para organizar os profissionais através das comissões temáticas. Na opinião da presidente, somente uma categoria organizada é capaz de defender um projeto ético-político como é o dos assistentes sociais. Ela lembra que o Serviço Social no Brasil já é considerado modelo no Mercosul. "Nosso código de ética, já traduzido para inglês e espanhol, está servindo como base para a construção de códigos em outros países", diz orgulhosa.

Regina Marconi, assistente social, é uma referência de luta na categoria, tendo participado ativamente de todo o processo histórico que resultou na organização nacional sindical da categoria, do qual o sindicato dos Assistentes Sociais do Rio participou até o seu fechamento, em abril de 90, para que fosse efetivada a proposta de sindicato por ramo de atividade. Ela foi a primeira presidente da ANAS (83/85) no momento em que a categoria estava sendo reestruturada. Em relação ao debate sindical, Regina acredita que o maior desafio da FENAS é se tornar uma Federação representativa em todo território nacional com a participação efetiva dos profissionais. Para ela, a organização ou participação em uma entidade nacional sindical é um dado positivo, mas é preciso avaliar como é feito o processo de representação, como é gerado e como é mantido.

A diretora do CRESS 7ª Região, Magali da Silva Almeida, também teve participação destacada no processo histórico de organização dos assistentes sociais. Ela integrou a Comissão de Representação Sindical que acompanhou todo o processo de fechamento definitivo do sindicato do RJ. Em sua opinião, a FENAS surge por conta de uma demanda de profissionais que estão com salários arrochados, como todo trabalhador dentro da conjuntura neoliberal e que não estão vinculados a nenhuma entidade sindical, mas que não possui força política suficiente para representar e enfrentar desafios colocados pelo capital. Magali não é contra a coexistência sindicato/conselho, ela apenas reitera sua opção pelo sindicato por ramo. Para ela, o importante é o método e a forma como é conduzida a formação de uma entidade sindical e, sem dúvida, não pode ser através de assembléias pouco divulgadas. "Em todo e qualquer processo não podemos deixar de considerar nosso projeto ético-político", afirma.

LEGISLAÇÃO

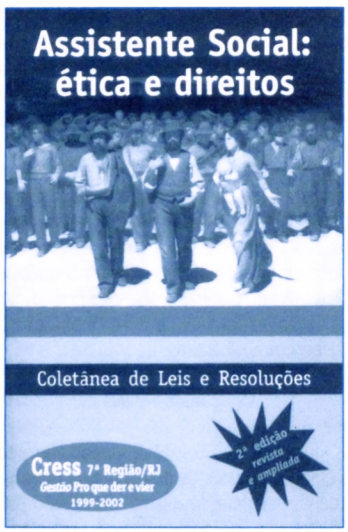
Nova Coletânea de Leis do CRESS-7

A grande novidade é a inclusão de um texto sobre o projeto ético-político

O CRESS-7 está organizando a 3ª. edição de sua publicação **Assistente Social: ética e direitos - Coletânea de Leis e Resoluções**. Nesta reedição, incluiremos algumas modificações (emendas constitucionais, decretos e outra mudanças legislativas) que fazem parte da necessária atualização do livro e duas novidades, quais sejam: as novas diretrizes curriculares do curso de Serviço Social, recentemente aprovadas pelo MEC, e um texto sobre o chamado projeto ético-político profissional.

O enorme sucesso da publicação do CRESS-7 entre os assistentes sociais, os estudantes e entre outros profissionais fez com que mantivéssemos o projeto, ampliando-o . Desde de sua primeira edição, já são quatro mil exemplares "na praça", o que cobre parte significativa da categoria. Para esta nova edição, a previsão é de uma tiragem de três mil exemplares. A inclusão do projeto ético-político no corpo da *Coletânea* atende aos anseios da categoria que busca conhecê-lo melhor, uma vez que é um assunto presente no cotidiano dos assistentes sociais e nos diversos debates da profissão.

Está previsto para outubro (durante o 10º CBAS - Congresso Brasileiro de Assistente Social) o lançamento oficial da *Coletânea*, que provavelmente manterá o preço da última edição, ou seja, R$ 8,00



Coletânea de Leis – R$8,00 (capa da 2 edição)

Outras publicações à venda no Cress-7

- **Caderno Cidadania: "Como ficou a previdência dos segurados do INSS"**
  autor: José Prata de Araújo (R$2,00)
- **O Serviço Social e os seus empregadores – "O mercado de trabalho nos órgãos públicos, empresas e entidades sem fins lucrativos no estado do Rio de Janeiro"**
  coordenadora: Prof. Rose Mary Sousa Serra (R$10,00)
- **Curso de capacitação em Serviço Social e Política Social**
  Produção: UNB (Módulo I: R$25,00; Módulo II: R$35,00; Módulo III: R$41,00; Módulo IV: R$ 43,00; Módulo V: R$ 15,00)

- **Revista Inscrita/CFESS – números 1 a 6 (uma publicação: R$10,00; duas: R$15,00; três: R$25,00; quatro: R$30,00; cinco: R$40,00; seis: R$50,00)**
- **Código de Ética Profissional do Assistente Social – R$4,00**

Ciclo de debates

Socialismo x Capitalismo

A Comissão de Formação e Trabalho do CRESS está organizando um ciclo de debates que discutirá as possibilidades do socialismo na atualidade. Todos estão convidados para as palestras que, a partir de 31 de Outubro no auditório do CRESS 7ª Região, serão realizadas com o intuito de estimular o debate de tema tão importante para a categoria e para a sociedade em geral.

Teremos a oportunidade de discutir questões atuais que envolvem as lutas sociais contemporâneas que passam por temas como: o neoliberalismo, a reforma do Estado, os partidos políticos e os movimentos sociais, etc, que serão tratados por especialistas do mais alto nível convidados pelo CRESS-7 (entidade promotora), CASS/UFRJ (Centro Acadêmico de Serviço Social da ESS/UFRJ) e Núcleo de Fundamentos do Serviço Social - ESS/UFRJ (entidades co-promotoras).

O evento ocorrerá de outubro 2001 à fevereiro de 2002 com um debate a cada mês, com exceção de janeiro (ver quadro dos debates).

31/10/01	Neoliberalismo e Reforma de Estado
21/11/01	O papel do partido na transformação da sociedade
27/02/02	Desigualdade e Direitos Humanos
20/03/02	Alternativas para o Brasil Cronicamente Inviável (apresentação do filme)

Participe e faça parte desta luta!

SEMINÁRIO

Serviço Social e Reforma Psiquiátrica

Integrantes da comissão organizadora comemoram sucesso do seminário.

O Seminário de Serviço Social e Reforma Psiquiátrica, que aconteceu nos dias 28 e 29 de agosto no auditório do CFCH, Campus da Praia Vermelha (UFRJ), lançou oficialmente o Fórum de Serviço Social e Saúde Mental. Entre os principais objetivos do Fórum, que congrega, além de assistentes sociais,outros trabalhadores, usuários e familiares do campo da saúde mental, está o de contribuir para a superação do atual isolamento dos profissionais e promover a troca de experiências e a integração de serviços e movimentos sociais nessa área.

De acordo com os integrantes da comissão organizadora do evento, um grupo de profissionais ligados a essa área, que já vinha se reunindo desde o primeiro semestre desse ano, teve a idéia de fazer o seminário para lançar o Fórum. A proposta desse Fórum, que são reuniões mensais abertas a todos os profissionais, é fazer uma troca de experiências e garantir um espaço para a circulação de idéias, onde se possa fazer uma análise e reflexão mais profunda, através de pesquisas no campo da saúde mental.Vale lembrar que o Fórum será realizado nas primeiras terças-feiras de cada mês, sempre em locais diferentes, que é uma forma de conhecer novos serviços e aumentar a integração dos profissionais que atuam nessa área.

A Assistente Social e Conselheira do CRESS/ 7ª Região, Teresa Joana de Castro Azevedo, que participou da mesa: "Serviço Social e Reforma Psiquiátrica: contribuições e desafios da profissão", destacou entre os objetivos do Fórum, o que visa promover a divulgação, a reflexão e a consolidação do projeto ético-político do serviço social e dos objetivos da luta antimanicomial e da reforma psiquiátrica. Ela acredita que só assim seja possível fundamentar uma ação profissional comprometida, que possibilite refletir o Serviço Social na esfera da saúde mental. Ela citou trechos do texto da professora Marilda Iamamoto, "O Serviço Social na contemporaneidade", que analisa temas importantes tais como: questão social, política social, trabalho entre outras.O ponto que mereceu maior atenção, no entanto, foi o que trata de um dos maiores e atuais desafios do profissional, que é o de desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir das demandas que surgem no dia-a-dia. "Ser um profissional propositivo e não só executivo".

Teresa Joana reafirmou ainda que é necessário ter um profissional afinado com a análise dos processos sociais. E alertou sobre a importância da prática do código de ética dos profissionais de Assistência Social. Da mesma mesa, participou a professora da Escola de Serviço Social da UFRJ, Mavi Pacheco Rodrigues, que tocou na questão multiprofissional. Ela mostrou a importância de uma polivalência para a consolidação do projeto ético-político para que não haja perdas nem dos profissionais de Assistência Social nem da área de saúde mental. Segundo a professora, a mediação no atendimento, doente, instituição família é o grande desafio a ser enfrentado.Dessa mesma mesa, participou o professor José Augusto Bisneto, que mostrou grande expectativa em relação ao Fórum e também o professor Eduardo Mourão Vasconcelos, que fez uma explanação um pouco mais técnica sobre o tema proposto, tendo sido aplaudido pelos participantes do evento.

O Governo

O Seminário abriu com a mesa:"Políticas Públicas de Saúde Mental", que teve o aspecto positivo de reunir representantes das políticas de governo federal, através de Pedro Gabriel Godinho Delgado; estadual com Maria Paula Cerqueira e municipal com Hugo Fagundes, para a área de saúde mental em um mesmo evento. Outra mesa de destaque foi a que teve como tema "Saúde Mental, atenção psicossocial e participação popular", coordenada por Valeska Batista Guedes, assistente social do Caps Rubens Corrêa.Foi um momento importante em que se reuniu a representante dos Familiares do Movimento da Luta Antimanicomial do RJ, Iracema Vieira Polidoro, e o representante dos Usuários do Movimento da Luta Antimanicomial do RJ, Alexandre Bellagama, além da assistente social do CAPS Lima Barreto, Carla Cristina Pinto Cavalcante. Alexandre falou sobre as dificuldades do usuário ter um espaço para expressar suas opiniões nesse tipo de evento, o que foi reafirmado pelo plenário.

De acordo com Teresa Joana, quando se compreende o projeto ético-político do Serviço Social, quando se compromete a decifrar a realidade e quando se absorve a amplitude da Reforma Psiquiátrica, é possível propor uma intervenção qualificada, que na área da saúde mental, pode e deve fazer a diferença. Ingressar numa equipe multiprofissional, interdisciplinar não significa despir-se de sua formação profissional, mas ao contrário, significa ter clareza que essa formação tem contribuições a dar, e no caso do Serviço Social é identificar esse louco em sua construção social. É identifica-lo em sua identidade social. Entende-lo não por sua classificação (psicótico, depressivo, esquizofrênico entre outras), mas acrescentar a esse aspecto, o social e todas as matizes dessa área: inserção no trabalho, relações sociais e acesso à cidadania.

Primeiro Fórum

O primeiro Fórum, após o Seminário, aconteceu no Caps Lima Barreto e contou com a presença de vários profissionais de saúde e saúde mental. A discussão central ficou por conta da prática do Serviço Social na área da saúde.Ficou decidido também que as reuniões aconteceriam sempre no horário de 9h às 12h, sempre na primeiras terças de cada mês. As assistentes sociais Carla Cavalcante e Teresa Joana informaram que todo o material referente aos Fóruns, como atas de reuniões, texto de estudos ou qualquer tipo de documento, poderão ser encontrados no CRESS 7ª Região.

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

2 de outubro/2001	Inst.Municipal Nise da Silveira - Engenho de Dentro
6 de novembro/2001	Capsi Pequeno Haus - Realengo
4 de dezembro/2201	Centro Psiquiátrico RJ - Saúde

CONFERÊNCIA

Os desafios da política de Assistência Social

Pouco mais de 12 anos da Constituição Federal, mais uma vez desencadearam-se em todo o país discussões em torno da Assistência Social. Para nós, Assistentes Sociais, está colocado como objeto central de análise nestas discussões, o enfrentamento da pobreza, da miséria e a desigualdade social marcas históricas em nosso país. Estão mobilizados em torno da 3ª Conferência de Assistência Social, os municípios e os estados dando conta ðe proceder os debates que desembocarão na Conferência Nacional agendada para 5 a 7 de dezembro em Brasília.

Em sete anos sob a regência da LOAS está se revendo uma trajetória de avanços e desafios. Os desafios são muitos e crescem em complexidade à medida que o quadro de desigualdade social deixa de ser enfrentado efetivamente pelos nossos governantes. Listamos poucos avanços, é verdade, na conjuntura política que estamos vivendo. Mas os poucos avanços são decorrentes de um grande esforço de segmentos da sociedade poucos movimentos sociais e ONGS, trabalhadores que desenvolvem um contínuo embate com autoridades do executivo e com parlamentares para cumprimento da LOAS. O certo é que os assistentes sociais em todo país têm papel relevante nesta política social.

História

Revendo brevemente o caminho recente. A 1ª Conferência (95) discutia a Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado referenciando o sistema descentralizado e participativo, o financiamento e a relação público/privado no campo da assistência social. O movimento naquele ano fora atropelado por uma primeira medida do governo FHC que foi o lançamento do projeto Comunidade Solidária, que como muitos sabem, entrou na contramão da LOAS. O Fundo Nacional de Assistência Social foi regulamentado ainda em 95, mas a alocação de recrusos sempre esteve aquém das necessidades e sob os cortes da equipe econômica. O BPC (Benefício de Prestação Continuada), direito assegurado para idosos e pessoas portadoras de deficiência na CF/88 só foi operacionalizado a partir de janeiro de 1996 e mantém como critério de acessibilidade ¼ de salário mínimo per capita, portanto num limiar aviltante. Permanece o nosso empenho por ter como indicador o valor de um salário mínimo, o que tem sido objeto de ação judicial e de projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional. A 2ª Conferência Nacional (97) discutia o sistema descentralizado e participativo na expectativa da inclusão e da universalização de direitos e da expansão do controle social. Uma Política Nacional de Assistência Social, exigida a partir da LOAS, foi aprovada em dezembro de 1998 e se operacionaliza lentamente. Acertadamente a família é o eixo central de atenção nesta política, prevendo-se uma assistência em rede de serviços públicos e privados, e a ação articulada da assistência com outras políticas sociais e com a política econômica.

Os assistentes sociais são importantes protagonistas. Presentes no Conselho Nacional de Assistência (CNAS) na representação dos trabalhadores pela sua entidade nacional CFESS ou representando através de ONGS de defesa de direitos, entidades públicas ou da sociedade prestadoras de serviço, têm assumido efetiva contribuição para a construção da Assistência Social como política pública. Para pensar avanços e desafios cabe considerar 3 grandes movimentos:

Lançamento do projeto Comunidade Solidária entrou na contramão da LOAS

1º – o reordenamento institucional nas 3 esferas de governo que deve possibilitar um comando único, (comando este a cargo do Estado), a efetivação da gestão democrática com existência de Planos, Fundos e Conselhos deliberativos, que exercitam o controle social.

2º – a consolidação da Assistência Social como política pública de proteção social e asseguradora de direitos, superando o assistencialismo, ações pontuais e focalizadas em situações emergenciais.

3º – a construção de informações, diagnósticos e indicadores no campo de Política de Assistência Social que permitam eleger serviços, programas e projetos e verificar os seus impactos na reversão do quadro de pobreza e miséria.

Embora o arcabouço legal – Política, Planos Estaduais e Municipais, Fundos e Conselhos com papel deliberativo, expressem inegável avanço quando se analisa o quadro das políticas sociais no Brasil, há concretamente inúmeros obstáculos e desafios para que se vislumbre melhor panorama no futuro. Os planos muitas vezes não guardam correspondência com a análise da realidade e efetivamente não respondem a gravidade dos fenômenos da pobreza. Quase sempre é um compilado de projetos e não viabilizam as ações intersetoriais. A idéia de trabalho em rede de serviço públicos e privados só recentemente colocada, precisa ser melhor compreendida para ser efetivada. Os Fundos têm operado com valores ínfimos de recursos, recepcionando aqueles transferidos da esfera federal, principalmente. No Rio, recentemente, recursos advindos do governo estadual dinamizam os fundo municipais mas são referenciados para ações pré definidas pela política estadual. Os municípios vivem dificuldades na esfera fiscal, especialmente com limitada capacidade de receita, e não têm tido preocupações ou condições de alocação de recursos próprios esvaziando as possibilidades de ações definidas de forma autônoma pelos atores do próprio município. Os Conselhos não têm demonstrado o alcance social que era esperado como espaço de controle em favor de interesse coletivos. Isto se dá por algumas razões: não entendimento do papel de conselheiro e não capacitação para a função; falta de estrutura para seu funcionamento; pouco ou nenhum respeito por parte das autoridades em relação a decisões do conselho; prevalência de interesses particulares e de corporações no âmbito dos Conselhos, e nenhuma visibilidade das ações e papel do Conselho para a sociedade em geral. Alterar este quadro merece atenção urgente de forma que a sociedade reconheça e valorize esta alternativa como relevante na consolidação de uma relação democrática entre Estado e sociedade.

Protagonista

Não se pode abandonar a participação da população usuária que demanda os serviços de Assistência Social. Ser protagonista ativo nas discussões sobre a situação de carência que vivencia e sobre as alternativas de enfrentamento é condição para sua cidadania e a visibilidade de seus Direitos. Este é um desafio que a nosso ver está posto no cenário de trabalho dos Assistentes Sociais, pouco explorado, até então. A formação profissional e os compromissos ético políticos que marcam hoje o Serviço Social brasileiro indicam que os Assistentes Sociais devem privilegiar como atribuição inegável a mobilização e a organização das populações de baixa renda, discriminadas e relegadas, que muitas das vezes não se reconhecem como detentoras de direitos.

Importa destacar os efeitos já percebidos no campo das políticas sociais, da Reforma do Estado brasileiro de perfil neoliberal. Expandiram-se as entidades chamadas de 3º Setor e o voluntariado.

A sociedade é convocada para ações

solidárias. É grande o risco do poder público eximir-se de sua responsabilidade na trato dos interesses e direitos de toda a coletividade. Na questão da Assistência Social é bem possível um retorno a práticas não profissionais sem qualidade técnica e científica. É preciso assegurar junto as autoridades a intervenção de profissionais qualificados para o planejamento, a formulação de planos e projetos profissionais que saibam desvelar e analisar amplamente a realidade social, para além do senso comum. São muitos os desafios. Os assistentes sociais não recuam e priorizam a participação. Agora é o momento das Conferências, dos Conselhos, dos Fóruns populares.

Outra opinião

Rute Gusmão[1]

Quais os avanços?

O tema escolhido para a III Conferência Nacional de Assistência Social pelo MPAS — "Política de Assistência Social: Uma Trajetória de Avanços e Desafios" — adotado também por Estados e Municípios merece, no mínimo, uma reflexão por parte dos profissionais que atuam nesta área.

Como discutir avanços na Assistência Social se esta política permanece secundária e sem representatividade, enquanto se agrava a miséria no país?

Quem não lembra do *Mapa da Fome*, elaborado pelo IPEA, em 1993, e utilizado na Campanha Contra a Fome e que constatou a existência de 32 milhões de brasileiros com renda mensal capaz de garantir, na melhor das hipóteses, apenas a aquisição de uma cesta básica? Hoje, oito anos após, um entre cada 3 brasileiros vive na miséria, segundo o *Mapa do Fim da Fome* da FGV — 49,6 milhões de brasileiros sobrevivem com menos de 79 reais mensais. Este quadro se agrava se levarmos em conta a crítica do MST em seu jornal de julho último aos conceitos de "pobre" e de "indigente" utilizados pela Secretária de Estado de Assistência Social Wanda Engel, quando afirma que as pessoas que recebem menos de ½ salário mínimo/mês são pobres e não indigentes.

O tratamento escorchante que o neoliberalismo dá às faixas de pobreza, escamoteando a realidade na qual o Estado deve atuar, é uma resposta estratégica do capital, pois quanto menos responsabilidades estatais e gastos com políticas públicas, melhor, segundo a lógica do lucro que impera no Estado.

Como falar de avanços de uma política secundarizada, que beneficia a um contingente inexpressivo da população mais pobre, crescente a cada dia, e cujos recursos orçamentários não chegaram até hoje a 2% do Orçamento da Seguridade Social?

A Assistência Social concebida como direito universal de cidadania em 1988, foi desfigurada pelas práticas neoliberais, de mínimos aviltantes, como a Bolsa Escola, que atinge hoje os pífios R$ 15,00 por criança/mês e o Benefício de Prestação Continuada, distante de qualquer exigência mínima civilizatória, cujo critério de elegibilidade baseado numa faixa de pobreza rasteira inclui apenas uma minoria insignificante de brasileiros pobres. Que avanços discutir diante deste quadro anti-civilizatório?

Esta política tem participado da reprodução da miséria social dos trabalhadores e segmentado estrategicamente esta classe na chamadas "clientelas", negando desta forma seu conjunto. Tem também socializado custos entre o Estado, o empresariado, a filantropia, ONGs e voluntariado (o chamado Terceiro Setor), possibilitando assim a sangria dos recursos da Seguridade no pagamento da dívida brasileira. E ainda coloca a questão da cidadania na boca dos governantes, como discurso de sua legitimação política.

No neoliberalismo os princípios da LOAS foram desviados e esvaziados, caso da descentralização, do controle popular e da universalização. Que autonomia têm hoje os municípios para executar seus projetos? Que controle social exercem os conselhos paritários? Que cobertura têm os benefícios?

Sob que olhar seria possível apontar avanços na prática da Assistência Social? Sob parâmetros administrativos, financeiros, gerenciais e operacionais do sistema descentralizado de um Estado tomado pelo capital privado em todas as esferas?

Esta política não pode ser discutida a não ser sob a ótica dos processos políticos, econômicos e das transformações sociais que ocorrem no Brasil e no mundo na última década. A globalização, o domínio do capital financeiro e o neoliberalismo provocaram no Brasil a desregulamentação de direitos, a precarização das relações de trabalho, o aumento do desemprego, a privatização do Estado, o aumento das desigualdades e da pobreza. As políticas da Seguridade, ao serem avaliadas devem ter como referência esta realidade diretamente relacionada a elas e na qual atuam.

Revelador de uma visão parcial e fragmentada, na qual cabe a idéia de avanços descolados da realidade social, é a afirmação contida na Política Nacional de Assistência Social, aprovada em 1999 pelo Conselho Nacional, que "várias são as circunstâncias e conjunturas que vulnerabilizam indivíduos ou segmentos sociais", citando como exemplo dessa "vulnerabilidade", os moradores de rua, as crianças e adolescentes vítimas de abandono, entre outras realidades de ordem estrutural.

Possibilitará o tema da Conferência Nacional abordagem de importância central sobre a representatividade e legitimidade da Assistência Social hoje? Como discutir avanços de uma política que não está inserida num projeto civilizatório, mas compensatório?

Talvez o principal problema, o de representatividade e legitimidade da Política de Assistência Social, esteja na ausência de uma Política democrática, construída coletivamente, respeitada e comprometida com as reais necessidades da população.

[1] Conselheira do CREESS/7ª. Região, Comissão de Seguridade Social.

III Conferência Nacional será em Brasília

PROGRAMAÇÃO

4/dezembro

19 h - Abertura da III Conferência Nacional de Assistência Social na Academia de Tênis de Brasília

Conferência Magna: Política de Assistência Social: Uma trajetória de avanços e desafios.

5/dezembro

Regimento Interno

Painel 1: Avaliação do Controle Social nos oito anos de Loas

- Controle Social: Histórico e Estratégias de Aprimoramento
- A participação dos Destinatários das Políticas Sociais no Controle Social
- O papel do Legislativo, Tribunais de Contas e Ministério Público no Controle Social
- Conselhos de Assistência Social: Um Espaço para o Exercício do Controle Social e da Cidadania

6/dezembro

Painel 2: Evolução Histórica do Financiamento e a Consolidação dos Fundos de Assistência Social

- Fontes de Recursos, Fundos e Critérios de Partilha: Avanços e Desafios
- Orçamento: Elaboração e Monitoramento dos Recursos do Fundo da Assistência Social
- Políticas Sociais: Desafios para o Financiamento da Assistência Social

Painel 3: Os Avanços e Desafios na Gestão da Política de Assistência Social

- Gestão da Assistência Social: Histórico e Perspectivas em Âmbito Federal, Estadual e Municipal
- A Inclusão Social e a Política de Assistência Social

7/dezembro

Plenária Final: Leitura, Discussão, Votação e Aprovação do Documento Final da III Conferência Nacional de Assistência Social

ENCONTRO NACIONAL

Exercício profissional ganha destaque no Encontro de BH

Delegação do Rio e representantes cariocas no CFESS, formavam um grupo animado.

O XXX Encontro Nacional do conjunto CRESS/CFESS aconteceu esse ano em Belo Horizonte (MG) entre os dias 2 e 5 de setembro e foi marcado por uma programação voltada para discussões de grande interesse da categoria. De acordo com o conselheiro do CRESS 7ª Região, Marcelo Braz Moraes dos Reis, um dos delegados do RJ para o encontro, um tema que mereceu destaque foi o que envolveu o mercado de trabalho e exercício profissional dos Assistentes Sociais. Ele afirmou que o debate se desenvolveu em cima dos artigos 4º e 5º da Lei 8.662/93, que regulamenta a profissão, e das competências que estão sendo discutidas frente às mudanças que estão ocorrendo no atual momento político-econômico.

Segundo Marcelo, esses encontros ordinários anuais tem como principal objetivo orientar as políticas que o conjunto CRESS/CFESS devem seguir e as discussões, costumam ser em torno da política nacional de fiscalização, formação profissional, gestão política e financeira, além de aprovar, afirmar e reafirmar a seguridade. Ele lembra que as principais funções dos conselhos são as de normatização, que garante a implementação da Lei que regulamenta a profissão de Serviço Social e defende os princípios, direitos e deveres dos profissionais e as de fiscalização.

O conselheiro destaca que o conjunto CRESS/CFESS realiza um trabalho mais preventivo do que punitivo na área de fiscalização e, dentro dessa idéia, está se desenvolvendo uma política de comunicação que pretende dar uma visibilidade maior da profissão dentro da própria categoria e na sociedade. Na avaliação de Marcelo, o aprimoramento dessa política de comunicação foi uma das discussões com maiores e evidentes avanços.

A discussão do projeto ético-político, que já vinha sendo debatido pela categoria, também ganhou destaque nesse evento. A organização política e o debate sindical foi um ponto alto do encontro, que também teve como novidade um espaço especial, em mesa, para discutir ética e direitos humanos. Uma das propostas tiradas para a próxima gestão é o aprimoramento das ações políticas em torno da temática de direitos humanos.

Para Marcelo, esse encontro teve um caráter de avaliação, por ser o último realizado pela atual gestão do conjunto CRESS/CFESS. "Foi um balanço com saldos positivos", avalia. Os delegados escolhidos para o encontro foram tirados em assembléia da categoria, com critérios estabelecidos consensualmente. A delegação do Rio de Janeiro (foto) foi composta por Marinete, Rodriane, Vera Maria, Elaine Behring, Ângela, Ângela, Eliane, Júnia, Hilda, Larissa, Renato, Clélia, Jefferson, Rodrigo, Marcelo e Etelvina (da esquerda para direita). Elaine e Etelvina estavam na Delegação do CEFES.

Depoimento

O delegado da base, representando a sede, Rodrigo Lima, participou do grupo de Trabalho e Formação profissional e disse que todo evento desse porte há sempre tensões e polêmicas, mas chamou a sua atenção o aspecto democrático que permeou todo o encontro.Ele se encantou com o exercício do repensar crítico de todo o exercício profissional. "Fiquei impressionado com intervenção, relevância política e com a representatividade que tem o conjunto CFESS/CRESS na seguridade social e junto ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente", declarou Rodrigo, que trabalha ligado a essa área.

Mas como nem só de debates e discussões políticas vive o assistente social, o evento também reservou espaço para atividades culturais. O observador da delegação RJ, Jefferson Lee de Souza Ruiz, destacou a visita ao bar da Associação dos Catadores de Lixo e um sarau feito pela delegação carioca, que em sua opinião, era uma das mais animadas.

Tabela é aprovada

O XXX Encontro Nacional do conjunto CFESS/CRESS aprovou uma Tabela Referencial de Honorários de Serviço Social - TRHSS - de R$ 45,00 p/hora técnica. Essa aprovação levou em consideração a necessidade de fixar e uniformizar parâmetros mínimos de remuneração da atividade profissional do assistente social, que assegurem a justa retribuição dos serviços prestados, observando as peculiaridades do trabalho e as diferenças regionais. É importante destacar que a TRHSS funciona apenas para serviços prestados sem vínculo empregatício. Fixa-se como valor em TRHSS para os procedimentos vinculados aos Artigos 4º e 5º da Lei 8662/93 , como por exemplo, prestar orientação social, identificar recursos e meios de acesso para atendimento ou defesa de direitos, encaminhar providências a indivíduos, grupo segmentos populacionais; planejar ou organizar e administrar benefícios e serviços sociais; prestar assessoria e/ou consultoria em Serviço Social entre tantos outros.